

É cedo para legislativo no DF

Feijão preto mais uma vez some do mercado

O Boletim de variações semanais de preços no mercado atacadista, editado pelo Serviço de Informações do Mercado Agrícola - SIMA/DF, da semana passada, informa que, naquela semana, um saco de feijão roxo estava cotado a 558 cruzeiros. Sendo o saco de 60 quilos, o preço do quilo do produtor no atacado era de Cr\$ 9,30 e estava sendo vendido no varejo à Cr\$ 12,50. A margem de lucro, para o varejista, é superior a 30 por cento. Na mesma data, o produto estava sendo cotado, em Goiânia a Cr\$ 475 a saca, apresentando uma diferença superior a oitenta cruzeiros.

Já o feijão preto, cotado a Cr\$ 314, continua desaparecido do comércio. Dos mercados e supermercados visitados pela reportagem, em apenas um tinha o produto, vendido a Cr\$ 6,35 o quilo. Estes dados dizem respeito a apenas um dos produtos de maior procura no mercado consumidor. Em outros produtos, a margem de lucro do varejista é bem superior.

Acredita-se que o governo ao instituir as CEASAS tinha em vista a regularização do mercado, além de reduzir os custos de comercialização por atacado, beneficiando, de imediato, a produtores, distribuidores e consumidores. Em Brasília, como não existe produtor, a CEASA funciona como mais um intermediário, ampliando a distância entre produtor e consumidor.

Pessoas ouvidas pela reportagem, afirmaram "ser hora do governo estimular o produtor da região circunvizinha, a fim de encurtar a distância entre produtor e consumidor e com isso encontrar-se um caminho para se diminuir o custo de vida da Capital".

Nesse sentido, foi criado o Polobrasília, que, segundo eles, poderá ser eficiente ou pelo menos poderá encaminhar soluções de eficiência. Mas, segundo o economista goiano Paulo Bertran, o teto usual de financiamento fixado a 60 por cento do valor vinal indica a princípio níveis de inversão por hectare compatíveis apenas com a pecuária melhorada e com uma agricultura rústica.

Para ele, a consecução de objetivos de abastecimento do Distrito Federal e considerando-se também os poucos recursos aliados a esse fim no Polobrasília, devem efetivar-se a médio e longo prazos.

Lojistas preocupados com o cheque

O Presidente do Clube dos Diretores Lojistas do DF, Luiz Roberto Rodrigues da Cunha, enviou circular aos gerentes de banco de Brasília, convidando-os a participar da mesa redonda, promovida pelo Clube, para debater a segurança no recebimento do cheque.

A mesa redonda, a ser realizada na sede do Clube, está prevista para às 20:00 horas do próximo dia 9, e deverá abordar, entre outros temas, a personalização dos cheques e maior rigor na abertura de contas novas de pessoas físicas.

Os lojistas consideram essas medidas indispensáveis para a moralização dos cheques e para se evitar o uso dos cheques furtados, que já vêm causando sérios problemas na praça de São Paulo. Ele informou, ainda, que o CDL está concluindo o levantamento estatístico das vendas realizadas no primeiro semestre de 76, devendo o trabalho ficar pronto hoje.

SBB instala comissão executiva

A nova Comissão Executiva da Sociedade Bíblica do Brasil seria instalada hoje, às 10 horas, no Edifício da Bíblia, em cerimônia presidida pelo Ministro Esdras Guelros. Esta é a primeira Comissão Executiva a funcionar em Brasília, pois só recentemente a sede da SBB foi transferida do Rio para esta Capital.

A nova Comissão Executiva está assim composta: vice-presidentes - ministro Esdras Guelros, João Batista Clayton Rossi e Joair de Oliveira; tesoureiro - Luiz Antônio Patrício Ribeiro; secretário de atas - reverendo Rodolfo Garcia Nogueira; vogais - Dayse Calmon, Esáude Carvalho, Manoel Ferreira e reverendo Eber Vasconcelos.

A sede da SBB fica na L - 2 Norte, Superquadra 603, Módulo E.

A validade de uma representação legislativa para Brasília está se evidenciando como assunto latente nas preocupações políticas dos diversos setores de opinião da Capital da República, embora com uma tendência nítida de recusa a que essa representação se faça a nível municipal.

Nos argumentos a favor da idéia lançada pela Associação Comercial do Distrito Federal, ressalta o fato de Brasília já ter uma população suficientemente grande para merecer essa representação política.

Entretanto, o Senador Jarbas Passarinho - mesmo achando "justo e necessário" que o Governo vá pensando no assunto - considera que ainda não é o momento oportuno para os brasilienses ganharem o direito de eleger seus representantes.

MOTIVOS INSUFICIENTES

Na opinião do Senador Jarbas Passarinho, o exemplo do Rio de Janeiro deve ser tomado em consideração, pois, é um precedente histórico. Lembra o senador que durante muitos anos aquele Estado não teve representação política, até que os mesmos argumentos que futuramente estarão atuando em Brasília criaram a necessidade de eleger os representantes da cidade. Salientou, entretanto, que "esse momento ainda não chegou, para Brasília, já que os motivos existentes não são suficientes para a concretização dessa reivindicação".

Para Ely Walter Couto, presidente do Sindicato dos Lojistas e vice-presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, "ainda é cedo para se calcular a validade de uma representação política para Brasília, visto que a cidade está em formação; "apesar de que" - enfatizou - "o crescimento extraordinário de sua população, à beira de um milhão de habitantes, faz com que seja justo e necessário que o Governo vá pensando numa representação política para Brasília, num futuro bem próximo".

COMISSÃO INÚTIL

- Sou a favor da representação popular para Brasília, mas sem a Câmara de Vereadores, cuja experiência no antigo Distrito Federal foi muito negativa.

Quem opina é Mário Marchante, comerciário radicado na capital há 16 anos. Diz ele que "a representação popular para a cidade deveria existir na Câmara e no Senado".

- "Seria uma representação de alto nível - argumenta - que contaria, sem nenhuma dúvida, com homens qualificados, os quais iriam disputar as respectivas cadeiras nas duas casas legislativas.

Lembra o entrevistado que a Câmara de Vereadores do antigo Rio deteriorou-se.

- Se o Distrito Federal - continuou - ficasse limitado na concepção populacional de Lúcio Costa, não haveria nada de mal na representação em nível de vereadores. A deterioração da Câmara do Rio não foi proximidade do Poder Central, como pensam alguns. Mas, por naturais motivos de uma cidade excessivamente populosa e cheia de problemas.

Diz ainda que o Distrito Federal está marchando para a população excessiva e os mesmos problemas da antiga capital, podendo vir a ser um novo Rio, daqui a alguns anos.

- Mas, a representação popular é necessária - continuou - pois a ação da Comissão do Distrito Federal, no Senado, em que pese a boa vontade dos seus membros, não atende aos interesses da

Capital. Eles não são ligados a Brasília por laços mais profundos, são representantes de outros Estados. E uma cidade não pode prescindir do seu próprio Legislativo".

POPULAÇÃO BEM INFORMADA

Também o escritor Luciano Barreira declarou-se favorável a que seja dado aos habitantes de Brasília o direito de escolher representantes através do voto, "que é a forma mais alta da manifestação da vontade popular". Ressalta, que aqui vive uma população bem informada, que acompanha as grandes decisões nos setores políticos e administrativo, "não se explicando que essa população seja marginalizada no que tange à escolha dos responsáveis pela coisa pública". Quanto ao órgão legislativo, que seria fruto da vontade popular, diz o escritor não parecer adequada a Câmara de Vereadores, pois o Distrito Federal não é apenas um município.

- A forma não importa tanto - acentua - o que importa é que o brasiliense, pelo voto, escolha os homens que teriam a tarefa de legislar para sua cidade.

No parecer de Demetre Calimeris, proprietário das Lojas Paranoá, "todo esse movimento parece mais do que justo, pois seria uma forma do empresário defender seus interesses". Segundo ele, o povo de um modo geral não tem a quem apelar, assim, "é preciso um representante que tome as dores e problemas da cidade". Como exemplo, Calimeris citou um processo enviado pelos comerciantes da 507 à Secretaria de Viação e Obras Públicas, ainda relativo a retira da estacionamento da frente daquela quadra comercial. Diz ele que "tudo o que se sabe sobre o tal processo é que está engavetado no Departamento de Urbanismo e Arquitetura". A seu ver, este seria um dos casos que poderia ser resolvido por um desses cogitados representantes.

APENAS DIVAGAÇÕES

O industrial Francisco Zapata disse que toda essa agitação da ACDF não passa de divagações.

- As coisas no Brasil - argumenta - quando são colocadas em termos de enquete popular, mesmo que apenas por mera curiosidade, geralmente fracassam. Muitos falam sem saber por que; outros sem o menor interesse, pelo "bicho que vai dar". No entanto, na época de hoje, quando alguns sonhadores e frustrados ainda tentam influenciar pessoas contra Brasília, seria bom que tivéssemos uma voz a defendê-la na Câmara.